



O ENSINO COLABORATIVO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

BUSTAMANTE, Maria de Fátima¹; SOUZA, Maewa Martina Gomes da Sila e ²

RESUMO (O ENSINO COLABORATIVO E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS) – O objetivo desse estudo é o de identificar as possibilidades e desafios do ensino colaborativo, considerando a parceria entre os docentes de classe regular com os professores do AEE. Para tal, elaborou-se uma pesquisa bibliográfica na base de dados da *Scielo* utilizando as seguintes palavras chaves “Ensino Colaborativo”, “Atendimento Educacional Especializado”, “Educação Inclusiva” e “Ensino Regular”. No que tange à inclusão das crianças público-alvo da Educação Especial de todas as idades no ensino regular, ela se mostra por si desafiadora, seja pelas lacunas de formação dos professores, pela estrutura das escolas e pelas ferramentas necessárias presentes (ou não) nas instituições de ensino para que o trabalho seja efetivo e contemple o desenvolvimento pleno dos pequenos. Nessa perspectiva, o ensino colaborativo poderia ser um atenuante, visto que, grosso modo, consistiria na parceria entre o professor do ensino regular com o do atendimento educacional especializado (AEE) no sentido de, conforme o próprio conceito, colaborarem no trabalho pedagógico a ser desenvolvido com as crianças com necessidades especiais.

Palavras chave: Ensino Colaborativo. Atendimento Educacional Especializado. Educação Inclusiva. Ensino Regular

ABSTRACT (COLLABORATIVE EDUCATION AND INCLUSIVE EDUCATION: POSSIBILITIES AND CHALLENGES) – The aim of this study is to identify the possibilities and challenges of collaborative teaching, considering the partnership between regular class teachers and AEE teachers. To this end, a bibliographic search was carried out in the following database, *Scielo*, using the following keywords “Collaborative Education”, “Specialized Educational Service”, “Inclusive Education” and “Regular Education”. Regarding the inclusion of children who are the target audience of Special Education of all ages in regular education, it is challenging in itself, whether due to the gaps in teacher training, the structure of the schools and also the necessary tools present (or not) in the educational institutions so that the work is effective and contemplates the full development of the little

Discente do Curso de Especialização em Formação de Professores em Educação Especial: Deficiência Intelectual da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF (mariambustamante@gmail.com);

Docente do Curso de Especialização em Formação de Professores em Educação Especial: Deficiência Intelectual da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral - FAEF (maewa.martina@gmail.com).

ones. From this perspective, collaborative teaching could be a mitigating factor, since, roughly speaking, it would consist of the partnership between the regular education teacher and the specialized educational service (AEE) in the sense that, according to the concept itself, they collaborate in the pedagogical work to be developed with children with special needs.

Keywords: Collaborative Teaching. Specialized Educational Service. Inclusive education. Regular education.

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos e dever do estado e é garantida por lei para que todos tenham um pleno desenvolvimento, preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Deste modo, todas as crianças têm o direito de serem matriculados na rede regular de ensino, independentemente de suas necessidades especial e educacionais provendo condições de acesso, participação e aprendizagem desse aluno no ensino regular

De acordo com as ideias de Siluk (2012) a Constituição Federal:

[...] garante, portanto, o direito à educação a todos os alunos, com base no princípio de igualdade, assegurando ainda o Atendimento Especializado, quando se fizer necessário. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob outro pretexto (SILUK, 2012, p. 35).

Nesse sentido, a criança com deficiência tem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) desde a educação infantil até a educação superior, atuando como apoio pedagógico no ensino regular, todavia o ensino educacional especializado não substitui as práticas pedagógicas da sala de aula sendo que esse atendimento deve ocorrer no contraturno escolar.

Nesse sentido, uma problemática se coloca, como estabelecer uma parceria de trabalho entre o professor de educação especial e o professor da classe comum?

Desta maneira, o Ensino Colaborativo surge como um trabalho de parceria entre o professor de ensino comum e o professor de Educação Especial, dividindo as responsabilidades do ensino, considerando as especificidades, os ritmos e os estilos de aprendizado, para favorecer o acesso e a aprendizagem de todos, inclusive dos alunos Público-Alvo da Educação Especial (PAEE).

Um dos modelos promissores de atuação profissional para a colaboração entre a educação especial e a educação regular é definido como ensino colaborativo.

Segundo Mendes (2006), este ensino parte de uma parceria entre os professores de educação regular e os de educação especial, na qual ambos trabalham juntos compartilhando objetivos, expectativas e frustrações.

A colaboração possibilita que cada um com sua experiência auxilie nas resoluções de problemas mais sérios de aprendizagem e o comportamento de seus alunos, envolvendo a parceria direta entre eles.

Dessa forma, o avanço para posturas colaborativas, possibilita que professor deixe de atuar sozinho e possa contar com a participação de todos os profissionais envolvidos no processo de escolarização dos alunos

Por isso, a relevância desse trabalho que tem como intuito analisar como vem desenvolvendo o trabalho colaborativo no ensino comum, e assim identificar essa relação do professor da sala regular e do professor do AEE.

Assim, o Ensino colaborativo se define como uma parceria de trabalho entre o professor de Educação Especial e o do Ensino regular, tornando o processo de escolarização mais facilitador e inclusivo. Mas percebe-se que ainda existe uma grande resistência dos professores da sala comum em adequar as estratégias do ensino para o aluno que possui um desenvolvimento atípico.

Segundo Lev Vygotsky (1896-1934) a interação social impulsiona a troca de aprendizagem e os alunos aprendem na troca de pontos de vista, criam e testam suas hipóteses, refazem seus raciocínios e estabelecem correlações para construir o próprio conhecimento.

A inclusão escolar visa oferecer variadas formas de acesso ao aprendizado a todas as crianças, pois todas têm direito de aprender e se desenvolver enquanto sujeito autônomo, independentemente de suas características e condições físicas, sociais e culturais.

O Atendimento Educacional Especializado, trabalha em parceria com o professor da sala regular. Sendo assim, quando esse identifica dificuldades na aprendizagem dessa criança, o profissional do AEE colabora promovendo condições de acesso e participação na aprendizagem desse aluno no ensino regular. Esse trabalho pode ser realizado na sala multifuncional de preferência no contraturno, como também na sala de aula, biblioteca, pátio entre outros.

O professor especialista do AEE atende, de maneira individual ou em pequenos grupos, os alunos da educação especial por meio de atividades, recursos, materiais específicos que possam contribuir e atender às necessidades dessas crianças.

De forma colaborativa, juntamente com o professor do ensino regular, atuam de modo com que ambos consigam realizar o trabalho colaborativo, de modo a orientar quanto à utilização dos recursos e estratégias utilizadas no processo de ensino e aprendizagem nas turmas do ensino regular.

Sendo assim, o ensino colaborativo pode ser efetivado com êxito a partir do momento que o professor da sala comum pode trabalhar em conjunto com professor do AEE, planejando estratégias que melhor se adequam ao aluno e conseqüentemente irão de encontro as necessidades dos alunos Público-alvo da Educação Especial. Essa parceria precisa ser construída entre o Professor do AEE e

o da sala regular através de conversa, planejamento, e reflexão coletiva.

Dessa forma, esse estudo teve como objetivo investigar as possibilidades e desafios do ensino colaborativo, considerando a parceria entre os docentes de classe regular com os professores do AEE.

Para tal, a metodologia utilizada é a Pesquisa Bibliográfica, no sentido de buscar um aprofundamento dos conceitos e pressupostos que envolvem os seguintes temas: Educação Especial, Ensino Colaborativo e Ensino Regular.

A pesquisa foi desenvolvida utilizando a base de dados da Scielo, com as seguintes palavras chaves “Ensino Colaborativo”, “Atendimento Educacional

Especializado”, “Educação Inclusiva” e “Ensino Regular”.

2. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU e posteriormente sancionada através do Decreto Legislativo nº 186/2008 e do Decreto Executivo nº 6949/2009, os Estados devem garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, seguindo o plano da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.

Segundo Machado e Almeida (2010) com o início da inclusão escolar intensificaram-se os desafios para o professor de classe comum, devido à argumentação de que todos os alunos devem frequentar uma mesma sala de aula.

No entanto, a prática educativa implica desafios para o professor da sala regular, nesse sentido, aparece um princípio de que os docentes não podem trabalhar sozinhos, mas com equipes a qual seus objetivos estejam voltados para um bem em comum que seria a melhoria da escolarização dos alunos como um todo.

Deste modo, o trabalho colaborativo pode reduzir as diferenças de papéis entre os profissionais envolvidos, a fim de que todos possam fazer melhor uso possível de seus conhecimentos o desafio é que ambos trabalhem em equipe para um bom andamento profissional.

Assim, o Ensino colaborativo tem sido usado para favorecer a inclusão escolar entre o professor de sala comum e o Especialista em Educação Especial onde são responsáveis pelo planejamento e avaliação do ensino para um grupo com ou sem necessidades especiais. (MACHADO ALMEIDA, 2010).

O ensino colaborativo é um apoio pedagógico que visa à aprendizagem do aluno público-alvo da Educação Especial, na sala de aula, os dois docentes trabalham juntos, combinando assim suas habilidades adaptam e desenvolvem um currículo diferenciado visando a melhoria do ambiente de aprendizagem escolar.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), afirmam que:

O ensino colaborativo ou coensino é um dos modelos de prestação de serviço de apoio no qual um professor comum e um professor especializado dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar o ensino dado a um grupo heterogêneo de estudantes. Tal modelo emergiu como alternativas aos modelos de sala de recursos, classes especiais ou escolas especiais, especificadamente para responder às demandas das práticas de inclusão escolar de estudantes do público-alvo da educação especial [...] (MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014, p. 45).

Para Fullan e Hargreaves (2001) a colaboração auxilia o docente a diminuir o sentimento de impotência que sente inúmeras vezes. Assim, há possibilidades do ensino colaborativo para dinamizar esse trabalho com as crianças público alvo da Educação Especial que são: A partilha de ideias, experiências, responsabilidades e desafios enfrentados com a criança público-alvo da Educação Especial; Identificação das necessidades do aluno; Adaptação curricular; Produção de um material acessível ao aluno; Desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem.

Em contrapartida, existe alguns desafios do Ensino Colaborativo que prejudica a efetivação do trabalho colaborativo na escola, pois nem toda escola oferta o AEE como deveria; A gestão escolar e a coordenação pedagógica do Ensino Comum e da Educação Especial, Os professores geralmente se encontram na escola de maneira superficial e segmentada como na entrada, antes de iniciar as aulas, na sala dos professores, nas atividades que são comuns por disciplinas específicas, na Hora-Atividade, nas semanas pedagógicas e

formações continuadas, nos planejamentos e replanejamentos ou nos conselhos de classe não tendo um horário em comum para o planejamento de ações inclusivas.

A ausência de tempo associada à incompatibilidade de horários dos docentes é um dos desafios mais preocupantes no desenvolvimento da cultura colaborativa na escola.

No entanto, ainda existe uma relação de hierarquia entre docentes de classe comum para com o profissional de educação especial, tendo uma separação de público, sendo que o professor da classe regular determina quem é o sujeito da educação especial e a metodologia a ser usada. Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) aborda que:

O coensino é uma estratégia de inclusão escolar, ou seja, busca favorecer a participação e a aprendizagem da criança na classe comum, e foi desenvolvida para evitar sistemas de retiradas ou de escolarização separadas de alunos da população alvo da educação especial (MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014, p.108).

Assim a criança que possui algum tipo de desenvolvimento atípico tem o direito de permanecer na sala de aula participando ativamente, pois o coensino diz que o docente de educação especial atue como um apoio para a sala não trabalhando focado no aluno com deficiência.

Diante desse contexto, entende-se que o docente da sala regular e educador especial devem trabalhar em conjunto na realização de planejamentos, refletindo o contexto da turma contemplando a inclusão.

No entanto, o coensino nem sempre ocorre da maneira ideal, pois existe uma resistência do professor da sala comum em aceitar o aluno com deficiência como parte da sala, preferindo que o mesmo seja retirado da sala para um trabalho individual com o especialista em Educação Especial.

Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014), afirma que: Entretanto, a proposta de ensino colaborativo não é a do trabalho centrado no aluno com deficiência, ela tem como pressuposto que ambos os professores trabalhem com todos os alunos em sala, adequando-se as atividades para que todos os alunos tenham acesso e possam participar da atividade planejada para dar alcance ao curriculum (MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014, p.76).

A Educação Especial, é uma modalidade de ensino que atinge todos os níveis, etapas e modalidades de ensino que vai desde a Educação Básica até o Ensino Superior.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001 – Brasil, 2001), com destaque os artigos 3º, 8º e 12, enfatizam que os

alunos público-alvo da Educação Especial deveriam ser educados preferencialmente nas classes comuns das escolas regulares.

Sendo assim, para que a educação atenda a todos, é necessário que sejam pensadas estratégias que auxiliem no desenvolvimento dessa aprendizagem como um todo, dentre elas, o ensino colaborativo, quando o professor da sala comum trabalha em conjunto com o professor de Educação Especial.

Na colaboração o professor especialista e o professor da sala comum devem ter um projeto mínimo de atividade com os alunos com deficiência, em concordância com o que está sendo trabalhado no currículo da sala. O professor da sala comum deve obter informações com o professor consultor sobre os estudantes, para quem os planos individualizados foram construídos, e discutir com ele sobre as adaptações individuais para esses alunos. (FRENCH 2002 apud VILARONGA; MENDES, 2014, p. 147).

Os professores de Educação Especial e Ensino regular são responsáveis pelos planejamentos e avaliação do ensino para um grupo com ou sem necessidades educacionais especiais. Pois, na sala de aula, os dois professores trabalham em conjunto e desenvolvem um currículo diferenciado visando à melhoria do ambiente de aprendizagem.

Segundo Conderman, Bresnahan e Pedersen (2009), é preciso discutir, na escola, questões relacionadas ao tempo de planejamento em comum entre o professor de educação especial e o professor da sala regular, aos conteúdos que devem ser incluídos no currículo, às adaptações curriculares, à distribuição de tarefas e responsabilidades, às formas de avaliação, às experiências em sala de aula, aos procedimentos para organização da sala, à comunicação com alunos, pais e administradores, ao acompanhamento do progresso de aprendizagem dos alunos, às metas para o Plano Educacional Individualizado dos alunos com deficiência.

Dessa maneira, o trabalho baseado no ensino colaborativo, também conhecido como coensino, entre professores de educação especial e da sala regular é um trabalho de parceria, o professor da sala comum identifica as dificuldades na aprendizagem de uma criança, o profissional especializado do AEE colabora, de modo a promover as condições de acesso e participação na aprendizagem desse aluno no ensino regular. Portanto:

[...] é preciso proporcionar a essa criança aprendizagens significativas, investindo em suas potencialidades, constituindo, assim, o sujeito como um ser que aprende, pensa, sente, participa de um grupo social e se desenvolve com ele e a partir dele, com toda sua singularidade (PLETSCH; LIMA, 2014, p. 6).

Em contrapartida, na política existente, os professores de educação especial possuem uma quantidade excessiva de atendimento individual nas salas de recursos multifuncionais, não tendo tempo oportuno para que esse trabalho colaborativo seja realizado em conjunto durante a carga horária de trabalho e para a atuação em colaboração com o professor da sala comum.

Visto que muitas das vezes esse trabalho acontece de forma isolada e individual na sala de aula e não possuem respostas para a maior parte das dificuldades encontradas nos discentes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou investigar, por meio de pesquisa bibliográfica, as possibilidades e desafios do ensino colaborativo, considerando a parceria entre os docentes de classe regular com os professores do AEE.

Como resultado, pudemos observar que, ainda existe uma lacuna que separa o Professor do AEE do Professor da sala comum, que há possibilidades que precisam ser mais estudadas e desafios que precisam ser superados.

Dessa forma, o ensino colaborativo precisa ser mais visto e dialogado nas escolas para que haja um trabalho de parceria entre ambos, abrindo nossas questões a serem discutidas em próximos estudos.

Por que não existe essa parceria entre os docentes? Quais os desafios que os separa? Como a prática pedagógica acontece sem o feedback do trabalho de parceria? De qual forma a família participa do AEE? Com isso, têm-se a necessidade de aprofundar as questões questionadas nesse artigo visto que ele se estenderá para pesquisas futuras.

4.REFERÊNCIAS

BAIA, I. F. **O atendimento educacional especializado e as práticas educativas na perspectiva da inclusão na escola Maria Rafols de breves-PA. Brasil Escola (online)** Disponível em: <<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/oatendimento-educacional-especializado-as-praticas-educativas-na-perspectiva-dainclusao.htm>>. Acesso em: 29 de junho de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001, Seção 1E, p. 39-40.

CONDERMAN, G.; BRESNAHAN, V.; PEDERSEN, T. **Purposeful coteaching: real cases and effective strategies.** Califórnia: Corwin Press: Thousand Oaks, 2009.

CARVALHO, T. C. D. Desafios e possibilidades de um trabalho colaborativo para a formação continuada com docentes do ensino médio público. Tese

(doutorado) Marília 2018 164 pág. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/Educacao/Dissertacoes/carvalho_tc_do_mar.pdf> Acesso em: 10 de Julho de 2020.

CUNHA, A. S. R. D. FANTACINI, R. A. F. **Desafios e possibilidades na perspectiva da educação inclusiva através do ensino colaborativo.** Nucleus, v.15, n.1, abr. 2018 Disponível em: <<http://www.nucleus.feituverava.com.br/>>. Acesso em: 21 de Junho de 2020.

FERNÁNDEZ, M.D.S.G, WEBER, A. G, FARIAS, A.F, PEREIRA, J.L.C. **O ensino colaborativo e a inclusão.** III Seminário Internacional de Representação Sociais – Educação Grupo de Trabalho: Diversidade e Inclusão 29/10/2015 pág. 9 Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19816_9188.pdf>. Acesso em: 5 de julho de 2020.

FULLAN, M., HARGREAVES, A. **Porque é que vale a pena lutar?** Porto: Porto Editora, 2001.

LOIOLA, Rita. **A trocas que fazem a turma avançar.** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/366/as-trocas-que-fazem-a-turma-avancar>>. Acesso em: 14 de Maio de 2020.

MACHADO, A.C; ALMEIDA, M.A. **Parceria no contexto escolar: uma experiência de ensino colaborativo para educação inclusiva.** Artigo Original - Ano 2010 - Volume 27 - Edição 84.

MIRANDA, Theresinha Guimaraes. A relação entre o professor da Educação Especial e da Educação comum. **Journal of Research in Special Educational Redes** Volume 16 Número s1. 04 August 2016, p. 98-105.

MEC, Portal. **Ministério da Educação Conselho Nacional de Educação.** Disponível em < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf> Acesso em: 12 de Maio de 2020.

MENDES, E. G.; VILARONGA, A. A. R.; ZERBATO, A. P. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** São Carlos: EDUSFSCar, 2014.

PLETSCH, M. D.; LIMA, M. F. C. A inclusão escolar de alunos com autismo: um olhar sobre a mediação pedagógica. In: **Seminário internacional de inclusão escolar: práticas em diálogo**. 1. 2014, Rio de Janeiro. Anais do Seminário internacional de inclusão escolar: Universidade do estado do Rio de Janeiro – Cap. UERJ, 2014. p. 1-10. Disponível em: <http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-Pletsch_e_Lima.pdf>. Acesso em: 08 set 2020.

RODRIGUES, Leandro. Atendimento Educacional Especializado: a verdade do

AEE na escola. Cursos em Educação Especial 16 de maio de 2018 Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/atendimento-educacional-especializado-a-verdade-do-ae-na-escola/>> Acesso em: 14 de Maio de 2020.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (Org). **Atendimento Educacional Especializado-AEE: Contribuições para a prática pedagógica**. 1ed. Santa Maria: Laboratório de pesquisa e documentação-CE. Universidade Federal de Santa Maria, 2012.

SANTOS, C. E. M, COSTA, L. K. D. O que é Ensino Colaborativo? Rev. bras. educ. espec. 26 (4) • Oct-Dec 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/36DnQgy4bGSQQYdymBGSK9N/?lang=pt>>. Acesso em: 21 de Junho de 2020.

VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.** (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbeped/v95n239/a08v95n239.pdf>>. Acesso em: 9 de Julho de 2020.